

Santillo desmente ter participado do 'trem'

A Secretaria de Comunicação do Estado de Goiás enviou ontem nota ao *Estado*, assinada pelo assessor Jayro Rodrigues da Silveira, a propósito de notícia publicada anteontem, informando que o governador Henrique Santillo poderá ser enquadrado em crime de responsabilidade, e perder o mandato, caso a Justiça Federal aceite o processo movido contra sete senadores, incluído Santillo, envolvidos, em 1984, no escândalo conhecido como "trem da alegria".

Segundo a nota, o governador Henrique Santillo não teve, como primeiro secretário da Mesa do Senado, em 1984, nenhuma responsabilidade na contratação de funcionários que está sendo contestada em processo na 2ª Vara Federal em Brasília. Acrescenta que foi o próprio Plenário do Senado que aprovou a transformação do regime jurídico dos servidores do Senado, os quais passaram de celetistas para estatutários.

Quanto às demais contratações, feitas antes de publicada a resolução do Plenário do Senado, elas foram de responsabilidade do então presidente da Casa, senador Moacir Dalla, já falecido. O então senador Henrique Santillo, diz o assessor Jayro Rodrigues, ao contrário, foi o responsável, como primeiro secretário da Mesa do Senado, pelos dois únicos concursos realizados para admissão de funcionários do Senado. No primeiro, candidatos de todo o País disputaram 60 vagas de assessor. No segundo, milhares de candidatos fizeram as provas para datilógrafo.

NATUREZA DOS FATOS

A nota da Secretaria de Comunicação do Estado de Goiás



AE — 10/5/88

Santillo: plenário decidiu

observa que, para entender corretamente a verdadeira natureza dos fatos em julgamento na 2ª Vara Federal, é preciso conhecer a estrutura funcional do Senado onde existem duas empresas que constituem uma administração direta dentro da Casa. São duas empresas públicas: uma, a gráfica do Senado, a outra, a Prodasen, que é o serviço de processamento de dados, com presidência, diretoria e administração própria, autônoma, ligada pelo regimento interno, diretamente à presidência do Senado. E as contratações, na época, eram feitas diretamente pelas diretorias, de forma independente.

DEFESA

O ex-senador pelo PMDB, Jailson Barreto, disse ontem, em Camboriú, Santa Catarina, não ter qualquer envolvimento na contratação irregular de 1.500 funcionários, pela Mesa do Senado, em 1984.